

# Amores Mal Compreendidos: pragmatismo e americanismo na ação internacional do Brasil durante os governos Dutra (1946-1951) e Castelo Branco (1964-1967)

## Missunderstood Loves: pragmatism and americanism in brazilian international actions in Dutra (1946-1951) and Castelo Branco (1964-1967) governments

Pedro Henrique Verano\*

Boletim Meridiano 47 vol. 13, n. 132, jul.-ago. 2012 [p. 38 a 45]

### Introdução

O presente artigo tem como objetivo principal analisar a presença do “americanismo”, por meio de uma perspectiva comparada, nos governos pós 1945 em que essa orientação se mostrou com maior relevância para a análise da política externa brasileira, os dos presidentes Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) e Humberto Castelo Branco (1964-1967). O conceito de “americanismo”, utilizado amplamente por historiadores da política externa brasileira, tem como função essencial indicar uma orientação do eixo primordial da política externa do Brasil. Embora seja considerado o peso relativo dos Estados Unidos no cenário hemisférico, o qual é notável desde a consolidação de seu processo de independência ao final do século XVIII, é importante ressaltar que a supracitada orientação não significa, diretamente, um alinhamento ou uma preconização de relações com esse país, mas sim com o continente americano como um todo. Em decorrência do papel de liderança exercido pelos Estados Unidos ao longo do século XX, principalmente após iniciada a Guerra Fria.

Na literatura de política externa brasileira, de uma forma geral, ambos os referidos governos são analisados como de tendência americanista, contudo esse aspecto não é a principal inquietação do presente trabalho, mas a intensidade e a forma como o qual o eixo americano de política externa apresenta-se ao longo das presidências de Dutra e Castelo Branco. A fim de cumprir esse objetivo analítico, recorre-se ao conceito de pragmatismo, o qual se toma como significado a busca do interesse nacional acima de tudo que, conforme analisado por Amado Cervo (2008), desde o início da Era Vargas até o renascer do liberalismo no início da década de 1990, pode-se resumir como a busca pelo desenvolvimento nacional por meio da industrialização. Embora a visão do supramencionado autor, juntamente com a de Clodoaldo Bueno, em *História da Política Exterior do Brasil* (2008), seja uma das mais conceituadas na literatura brasileira de Relações Internacionais, tem-se por objetivo refletir acerca da forma como o americanismo fora instrumentalizado em ambos os governos, a partir da hipótese de que não se configurou como um alinhamento automático não racional, mas sim decorrente de um cálculo estratégico das possibilidades de atuação internacional do Brasil e dos objetivos primários de política externa desses dois momentos.

\* Mestrando em Relações Internacionais na Universidade de Brasília – UnB (phverano@gmail.com).

## Americanismo e a Política Externa do Governo Dutra

A política externa do governo do General Eurico Gaspar Dutra é frequentemente analisada em conjunto com a de ambos os governos de Getúlio Vargas, os quais tanto o antecedem e quanto o sucedem, embora com características distintas umas das outras. Essa referida forma de análise se dá em decorrência dos legados deixados por Vargas no que concerne a atuação internacional do Brasil: alguns continuados com sucesso por Dutra, outros não. No entanto, uma análise em separado do governo Dutra revela alguns aspectos específicos da política externa empreendida pelo Brasil ao longo de seu mandato, principalmente no que concerne a orientação americanista.

Ao longo do primeiro governo de Getúlio Vargas, entre 1930 e 1945, percebe-se uma grande valorização da questão do desenvolvimento nacional nas questões de política interna e externa do Estado brasileiro. Dependente quase que exclusivamente do setor primário em sua pauta de exportações (que ainda não tinha de longe o dinamismo e o valor agregado similar ao observado, na primeira década do século XXI) com destaque para o café como principal item, a economia brasileira do período conhecido com Primeira República acumulava déficits comerciais oriundos da grande necessidade de importações de bens industrializados de alto valor, os quais tinham sua produção concentrada em poucos países do mundo, mais notadamente na Inglaterra (maior representante da Primeira Revolução Industrial), nos Estados Unidos e na Alemanha (considerados os pioneiros da Segunda Revolução Industrial). A permanência de oligarquias rurais presentes nos diversos níveis de governo também colaborava na manutenção da supracitada situação econômica no Brasil, por meio de políticas que não incentivavam a industrialização e despendiam recursos governamentais em práticas de valorização do café (mantidas ainda no início da Era Vargas, contudo, desmanteladas em pouco tempo).

Tendo em vista a relação entre americanismo e pragmatismo posta em prática ao longo da gestão do Barão do Rio no Ministério de Relações Exteriores, Vargas procura novas parcerias internacionais para o Brasil, a fim de colocar em prática seus anseios desenvolvimentistas e industrialistas para o país. Um dos exemplos mais notórios dessa atuação foi o comércio de compensação estabelecido com a Alemanha ao longo da década de 1930, que chegou a alavancar esse país de 9,0% em participação no comércio internacional brasileiro em 1932, para valores em torno de 25% entre os anos de 1936 e 1938 (CERVO e BUENO 2008, 253-254). Por meio dessa forma de comércio o Brasil conseguiu suprir parte de sua demanda interna por bens industrializados e desafogar o percentual de itens como café, algodão e tabaco que não tinham mercado para os seus excedentes nos Estados Unidos e na Inglaterra (os mais tradicionais parceiros comerciais brasileiros).

Por outro lado, a parceria com os Estados Unidos não foi posta de lado. Com o arrefecimento do conflito na Europa e a dificuldade do comércio transatlântico, o Brasil cada vez se tornou mais importante para o comércio exterior norte-americano, de forma a suprir a crescente demanda por gêneros primários (já levando em consideração a possível entrada na guerra e dos crescentes investimentos na indústria bélica) e a receber os excedentes de sua indústria. A entrada dos Estados Unidos na guerra – em função do ataque japonês à base naval de Pearl Harbor – e a do Brasil – em consequência do torpedeamento de embarcações brasileiras em mar territorial do país e da pressão da opinião pública – vincularam mais ainda ambos os países, de forma a diplomacia brasileira tentar instrumentalizar a contribuição do país, dentro e fora do teatro de operações, visando colocar o país em posição privilegiada na nova ordem mundial que se seguiria, por meio de um esperado apoio norte-americano.

O eixo de política externa dos Estados Unidos, no pós 1945, concentrou-se na reconstrução da Europa e, por conseguinte, na contenção do avanço do comunismo nesse continente, decorrente das vitórias militares soviéticas nos países invadidos pela Alemanha ao longo da guerra. O Brasil, por outro lado, postulou iniciativas do mesmo porte do Plano Marshall para as Américas, baseado no argumento de que o continente tinha sofrido também mazelas decorrentes do conflito mundial e tinha necessidade de recursos financeiros. Embora não tenham atendido as demandas da política externa brasileira e dos demais países que tinham discursos semelhantes aos do Brasil,

o eixo americanista da política externa dos Estados Unidos não fora deixado completamente de lado, no entanto, fora contemplado com instituições cujos objetivos principais eram manter a paz no continente e o unir frente a possíveis ameaças exógenas, tendo em vista o temor ainda presente do surgimento de outro conflito de porte mundial, ao final da década de 1940.

A criação da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948, e a assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)<sup>2</sup>, no ano seguinte, podem ser consideradas as respostas imediatas provenientes dos Estados Unidos a fim de manter sua soberania regional no hemisfério americano, assim como de responder as demandas dos países da região que colaboraram com o esforço de guerra dos Estados Unidos. A demanda financeira feita pelo Brasil, a fim de obter recursos para manter o projeto desenvolvimentista iniciado por Vargas (que obteve por meio de sua barganha nacionalista o reequipamento das Forças Armadas e a construção da primeira usina siderúrgica de grande porte no país, a Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda) foi constantemente respondida pela chancelaria dos Estados Unidos como difícil de ser atendida, em virtude das demandas mais urgentes das nações aliadas europeias que haviam sido afetadas profundamente pelo conflito armado, e que o recém-criado Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) deveria ser acionado a fim de levantar os recursos demandados pelo Brasil.

O alinhamento brasileiro com os Estados Unidos no pós-guerra deve ser analisado por meio de dois componentes principais: a forte ideologia anticomunista presente no governo Dutra e a nova configuração dada ao sistema internacional após 1945. O primeiro aspecto supracitado, embora de extrema relevância para as relações internacionais do Brasil, não se mostrou como decorrente do “alinhamento automático” com o os Estados Unidos. A cassação do Partido Comunista do Brasil (1946) e o rompimento de relações diplomáticas com a União Soviética (1947) podem ser atribuídos muito mais ao radicalismo que o componente ideológico do início da Guerra Fria se manifestou no Brasil do que um alinhamento com a política externa norte-americana uma vez que foram iniciativas completamente unilaterais da parte brasileira. O segundo, por outro lado, é um fator explicativo essencial para a compreensão do por que o Brasil e a América Latina foram deixados em segundo plano pelos Estados Unidos. Conforme analisa Ricúpero, “não surpreende demasiado que, consciente da ausência de alternativas e pressionado pelas demandas das zonas prioritárias da Guerra Fria, Washington comece a mostrar-se menos receptivo às solicitações do Rio de Janeiro” (RICUPERO 2006, 23). Apesar de os ganhos relativos não terem se comparado aos auferidos ao longo da Segunda Guerra Mundial, a política externa brasileira tinha opções de atuação restritas ao longo do governo Dutra. Se, por um lado, o auxílio financeiro direto fora negado pelos Estados Unidos, os custos decorrentes de se manter em postura não alinhada ao eixo norte-americano poderiam ser ainda maiores, tendo em vista o temor presente de ser iniciada uma nova guerra mundial.

A análise de Gerson Moura, no livro “O Alinhamento Sem Recompensas: a política externa do governo Dutra”, traz consigo um componente essencial para o entendimento das relações entre Brasil e Estados Unidos no pós-guerra. Em decorrência da parceria militar estabelecida entre ambos os países ao longo do conflito, a qual possibilitou o reequipamento e modernização doutrinária e estrutural das Forças Armadas brasileiras, o Brasil consolidou-se como segunda potência do continente americano em termos bélicos. Ao analisar o contexto sub-regional, Gerson Moura aponta o fato de que havia o temor, entre os militares e governantes brasileiros da época, de que um modelo similar de cooperação militar pudesse também ser implementado pelos Estados Unidos com a Argentina, de forma a mitigar o prestígio e a importância obtidos pelo Brasil. Dessa forma, buscou-se negociar com os norte-americanos para garantir que a cooperação técnica não fosse estendida, o que foi aceito e pode ser considerada uma importante vitória da política externa brasileira no analisado eixo bilateral (MOURA, 1990).

2 O TIAR é assinado, no Rio de Janeiro, no ano de 1947, contudo somente entra em vigor no ano seguinte, em decorrência de suas próprias cláusulas constitutivas.

O paradigma americanista na política externa brasileira, ao longo do governo Dutra, embora tenha sido embaçado com o ânimo dos sucessos obtidos pela parceria Washington – Rio de Janeiro da primeira metade da década de 1940, encontrou outras razões para existir, afora promover o desenvolvimento. Embora, conforme previamente defendido, americanismo não signifique uma orientação direcionada somente aos Estados Unidos, em decorrência do reordenamento da política internacional no pós-guerra, da desproporcional supremacia militar norte-americana em relação aos demais países do mundo e da ilusão da existência de uma “aliança especial” entre ambos os países, ao longo do governo Dutra a predominância do papel dos Estados Unidos no eixo americano da política externa brasileira ganha um grande destaque. Outros aspectos de destaque são a liderança tomada pelos norte-americanos na construção das instituições regionais (como a OEA e o TIAR, pilares da preeminência deste país no continente) e no próprio pensamento político-econômico, conforme analisado por Paulo Roberto de Almeida ao afirmar que “(...) o governo Dutra aceitou, com maior ou menor sucesso, as receitas americanas no que se refere à política econômica de um modo geral (...)” (ALMEIDA 2006, 240)”.

## Americanismo na Política Externa do Governo Castelo Branco

O governo do presidente Humberto Castelo Branco, o qual se instaurou por meio do movimento militar do dia 31 de março de 1964, tem como principal característica de política externa uma revisão na forma como os negócios estrangeiros do Brasil estavam sendo postos em prática. Nos governos que o precederam, mais especificamente os dos presidentes Jânio Quadros e João Goulart, os quais tiveram como chanceleres de destaque San Tiago Dantas e Araújo Castro, uma doutrina conhecida como Política Externa Independente (PEI) fora desenvolvida a fim de balizar a forma como as relações internacionais do Brasil deveriam ser conduzidas. Desgastes internos provenientes das conturbadas relações sociais existentes à época, assim como os constrangimentos do sistema internacional, contribuíram para o fim do governo Goulart, assim como para o fracasso da PEI.

Em sua obra, com maiores detalhes no livro *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros* (CERVO 2008), Amado Cervo propõe uma análise centrada em quatro grandes paradigmas que servem de modelo explicativo para a atuação da política externa brasileira ao longo dos quase dois séculos de existência: o Liberal-Conservador, o Desenvolvimentista, o Normal (ou Neoliberal) e o Logístico. Segundo a tese do referido autor, o segundo (Desenvolvimentista) caracteriza-se pela ação empreendedora do Estado brasileiro na promoção do desenvolvimento nacional, por meio de intervenções diretas na economia interna do país ou mesmo em decorrência da ação direta da diplomacia, tendo em vista a prospecção de recursos considerados necessários para proporcionar o desenvolvimento do Brasil. Esse destacado paradigma, de acordo com Cervo, pode ser observado como predominante na política externa brasileira desde o início do primeiro governo de Getúlio Vargas, em 1930, até a transição democrática para a presidência de Fernando Collor de Mello, já em 1990 (CERVO 2008, 62-68).

Um dos pressupostos da Política Externa Independente, conforme artigo escrito pelo então presidente Jânio Quadros, era da formulação de uma política externa genuinamente autônoma, que refletisse os reais interesses nacionais brasileiros, e não subordinada aos interesses de terceiros. Os referidos interesses para Quadros resumiam-se, basicamente, à busca pelo desenvolvimento nacional – ideia a qual encontrava grande espaço na época em decorrência das teses dependentistas CEPAL dos postulados do Movimento dos Não Alinhados oriundo da Conferência de Bandung. No entanto, ao ser analisada a política externa brasileira pela supracitada ótica de Amado Cervo, é possível chegar à conclusão de que o objetivo principal almejado por Jânio Quadros não possui diferença em relação aos seus predecessores, em linhas gerais. O caráter mais enfaticamente inovador da PEI são os métodos propostos para chegar ao desenvolvimento nacional, que não mais deveriam ser tolhidos por constrangimentos ideológicos provenientes da Guerra Fria, ou seja, o conflito Leste-Oeste deveria ser posto de lado pelo Brasil, por ser entendido como uma das causas do menor desenvolvimento relativo do país.

Assim como no governo do Marechal Deodoro da Fonseca, um dos eventos de política internacional mais relevantes para o governo de Castelo Branco foi um encontro entre chefes de estado dos países do continente americano. Apesar de no governo recém-empossado de Deodoro a Convenção Pan-Americana já tivesse sido iniciada em um momento anterior, no qual Dom Pedro II ainda governava o país e seus representantes já se encontraram em meio às negociações em Washington, a substituição do representante do Império pelo republicano Salvador de Mendonça serviu como porta voz de uma nova política externa brasileira para as Américas. Embora possa ser considerada decorrente de inspirações passionais de seus formuladores com o espírito republicano simbolizado pelos Estados Unidos, pode-se afirmar que esse período caracteriza-se pela consolidação de um americanismo na agenda da política externa brasileira, contudo, embasado de forma diferente daquele que seria formulado pelo Barão do Rio Branco no alvorecer do século XX.

No governo Castelo Branco, a realização da Segunda Conferencia Extraordinária Interamericana, no Hotel Glória no Rio de Janeiro, de iniciativa conjunta do Brasil com a Guatemala e o Uruguai, teve função semelhante àquela da Convenção Pan-Americana para o governo Deodoro. Por meio de um discurso formulado em conjunto pelo Presidente com seu Ministro da Fazenda, Roberto Campos, e com o Itamarati, as mudanças nas diretrizes da política externa brasileira foram anunciadas, a despeito das que já podiam ser notadas desde a substituição de Araújo Castro por Vasco Leitão da Cunha na chancelaria do país e da nomeação de Juracy Magalhães como embaixador em Washington. Embora o eixo de relacionamento preferencial do Brasil tenha mais uma vez retornado ao hemisfério americano, o objetivo de promover o desenvolvimento nacional por meio da política externa foi mantido, conforme observado no referido discurso do Presidente, ao afirmar a ausência de méritos da integração americana quanto a temas econômicos e comerciais, diametralmente oposta aos sucessos da cooperação para a paz e segurança conjuntas (DULLES 1983, 163).

Ao serem analisadas as políticas externas dos presidentes anteriores ao do general Castelo Branco, nota-se uma constância nas tentativas de se promover um projeto que associasse as especificidades do contexto da Guerra Fria com as demandas internas do Brasil de sair do patamar de nação de desenvolvimento intermediário, com exceção ao período dos governos Quadros e Goulart. Embora possa parecer que as supramencionadas políticas externas (desde Dutra até Kubitschek) careceram de nacionalismo e fizeram a opção por uma posição subserviente aos interesses da grande potência capitalista ocidental, é necessário ponderar as opções disponíveis para a atuação exterior do Brasil.

A reformulação proposta e posta em prática por Castelo Branco e sua equipe, com destaque para a participação de Roberto Campos na pasta da Fazenda, mostrou-se bastante profunda no que concerne a reforma das instituições econômico-financeiras do país. A criação do Banco Central do Brasil, em substituição da antiga Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), assim como a do Banco Nacional de Habitação (BNH), ambos em 1964, com objetivo de sanar o grave problema de financiamento imobiliário no país, representam a modernização posta em prática neste governo. No plano internacional, o reatamento do Brasil com o FMI, cujas relações haviam sido rompidas em 1959, e a liberalização econômica iniciada por Campos colocam o país novamente no rol dos investimentos estrangeiros dos Estados Unidos por meio da agência de cooperação USAID. Conforme analisa Ricúpero, “em nenhum outro momento do passado houve intimidade igual entre Brasil e EUA, assim como articulação comparável da coincidência internacional dos dois Governos com um programa substancial de ajuda econômica bilateral” (RICUPERO 2006, 29).

Diferentemente do caráter meramente retórico da Política Externa Independente do governo anterior, a ação internacional do governo Castelo é pragmática com relação aos seus objetivos de alavancar o desenvolvimento do país, tendo em vista a não consolidação plena das distensões da Guerra Fria pós Crise dos Mísseis em Cuba, em 1962. Apesar de para as grandes potências o processo de diminuição dos atritos, existentes desde a equiparação bélico-nuclear e o consequente conflito ideológico instaurado no sistema internacional, estar em curso, para a periferia subordinada as zonas de influência norte-americanas e soviéticas essa ainda não era uma realidade concreta

na primeira metade da década de 1960. Exemplos como da intervenção na República Dominicana e da suspensão de Cuba da OEA (do lado ocidental), assim como repressão sobre a Tchecoslováquia (do lado soviético), servem como representantes da persistência dos corolários exercidos por Estados Unidos e União Soviética. Embora o rompimento da República Popular da China como o bloco soviético sirva de exemplo para o enfraquecimento da bipolaridade e da crescente relevância dos “não alinhados”, as condições geopolíticas, os tradicionais laços políticos, afora o fator de não possuir armamentos nucleares tornavam movimentos bruscos muito arriscados por parte da política externa brasileira.

Amado Cervo analisa o governo Castelo Branco, em *História da Política Exterior do Brasil*, que a política externa do referido presidente se caracterizou por sem um “passo fora da cadência” para com as novas tendências que vinham surgindo desde o início da década (CERVO e BUENO, 368-370). De acordo com o mesmo autor, a Guerra Fria já estava em um período de distensões decorrentes do modo como o qual foi solucionada a Crises dos Mísseis em Cuba, no ano de 1962. O universalismo preconizado pela Política Externa Independente foi abandonado, dando lugar novamente a uma orientação americanista e vinculada a bipolaridade do sistema internacional vigente, que para Cervo “não marchava com o tempo nem veio a corresponder em escala aceitável a necessidades, interesses e aspirações nacionais” (CERVO e BUENO, 370) e “apresentava-se como um anacronismo” (CERVO e BUENO, 372).

No entanto, o que se percebe do americanismo na política externa de Castelo Branco, são múltiplos objetivos, dentre os quais se destacam a legitimação do governo militar recém-estabelecido e o projeto de reforma das instituições econômicas nacionais. Conforme Ricúpero, “trata-se, a rigor, de um novo modelo de desenvolvimento para o país: liberalização da economia, abertura do comércio exterior, crescimento via exportações, receituário que coincide ou precede ligeiramente as experiências da Coreia (...)” (RICUPERO 2006, 163), argumento que vai ao encontro do discurso do próprio presidente ao criticar “oportunidades de comércio, reduzidas pelo excessivo protecionismo de alguns países industrializados, aos preços dos produtos primários, à expansão de mercados pela integração regional” (DULLES 1983, 163).

A prioridade conferida ao eixo americano pela política externa brasileira, no entanto, não foi desprovida de pragmatismo, tampouco se diferiu da forma como foi instrumentalizada ao longo da chancelaria do Barão do Rio Branco e do governo Dutra. Embora os três momentos sejam diferentes quanto às configurações do sistema internacional, observa-se nos três casos a tentativa de instrumentalização da amizade com os Estados Unidos de forma a obter ganhos nos planos interno, regional e internacional. Diferentemente do período imediato ao fim da Segunda Guerra Mundial, no qual analisado as margens de manobra para a política externa brasileira encontravam-se muito mais restritas, na década de 1960 alternativas ao vínculo com o conflito ideológico da Guerra Fria começavam a se consolidar, como se pode observar pelo processo de consolidação do Movimento dos Países Não-Alinhados, iniciado no ano de 1955 na Conferência de Bandung. Contudo, ao longo do governo Castelo Branco, ainda não se mostrava como uma opção viável para o Brasil isolar-se por completo do conflito Leste-Oeste, em decorrência de sua importância como aliado dos Estados Unidos na América do Sul e da realidade do sistema internacional da época.

## Conclusão

Embora contextualizados em momentos históricos díspares, tanto o governo Dutra quanto o Castelo Branco possuem semelhanças com relação à adoção do americanismo em suas respectivas políticas externas. Conforme analisado ao longo do artigo, o condicionante da Guerra Fria é um fator explicativo de suma importância em ambos os casos. A preeminência norte-americana como a grande potência capitalista do mundo, assim como sua presença física do continente Americano, condicionou as relações internacionais do Brasil desde 1945 até o fim da década de 1980: nos momentos em que o conflito ideológico arrefecia, maiores dificuldades eram encontradas pelos países

periféricos em prospectar parcerias alternativas; quando as tensões eram menores, menor era a necessidade de se ater ao conflito Leste-Oeste (conforme foi posto em prática ao longo da década de 1970).

Caracterizado por empregar um “alinhamento automático” embasado na crença da existência de uma “aliança especial” entre Brasil e Estados Unidos, o governo Dutra adotou a orientação americanista em sua política externa de forma pragmática. As incertezas existentes no pós-guerra e os sucessos da parceria entre ambos os países do longo da Era Vargas tornavam natural a continuidade no processo de aproximação iniciado na década de 1940. Apesar do malogro das expectativas de desenvolvimento do país por meio dessa parceria, os ônus de se manter neutro ou com posições ambíguas em relação ao nascente conflito ideológico se mostravam muito grandes para serem sofridos pelo Brasil. Diferentemente do momento inicial da república de 1889, no qual americanismo e a exaltação espírito republicano se confundiam (sendo esses rumos corrigidos posteriormente pelo Barão do Rio Branco), a primazia conferida pelo governo Dutra as relações com os Estados Unidos tinham sempre em vista a promoção dos interesses nacionais, como a estabilização econômica do país.

Ao longo do governo Castelo Branco, embora o sistema internacional já estivesse apresentando mudanças em relação à ordem internacional vigente desde 1945, graças ao surgimento do Movimento dos Países Não Alinhados e de novos países oriundos do processo de descolonização, as distensões Leste-Oeste ainda não se encontravam plenamente consolidadas. A desconstrução dos princípios da Política Externa Independentes, os quais tentaram ser postos em prática em um momento ainda delicado da Guerra Fria, foi embasada na ideia de recuperar os investimentos norte-americanos no Brasil e de modernizar as instituições políticas e econômicas brasileiras por meio de uma parceria com os Estados Unidos. Também provida de pragmatismo, como a de Dutra, a política externa de Castelo Branco logrou com seus objetivos de restabelecer os influxos financeiros rumo ao país, embora sua política econômica não tenha sido continuada, por não ter conseguido eleger um sucessor.

## Bibliografia

- Almeida, Paulo Roberto. 2006. “A Diplomacia do Liberalismo Econômico”. In *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990). Volume I: Crescimento, modernização e política externa*, org. José Augusto Albuquerque. Rio de Janeiro: Editora Lumens Juris.
- Cervo, Amado L. e Bueno, Clodoaldo. 2008. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 3ª ed.
- Cervo, Amado L. 2008. *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Editora Saraiva.
- Dulles, John. 1983 *Castelo Branco: o presidente reformador*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Moura, Gerson. 1990. *Alinhamento sem Recompensa: a política externa do governo Dutra*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Ricupero, Rubens. 2006 O Brasil, A América Latina e os EUA desde 1930: 60 anos de uma relação triangular. In *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990). Volume I: Crescimento, modernização e política externa*, org. José Augusto Albuquerque. Rio de Janeiro: Editora Lumens Juris.
- Viana Filho, Luís. 1975. *O Governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: Editora Livraria José Olympio.

## Resumo

Caracterizados pelas intensas relações com o eixo de política externa americano, os Governos de Dutra e Castelo Branco são frequentemente analisados na historiografia de Relações Internacionais pelo não pragmatismo em suas ações internacionais. O presente artigo tem como principal objetivo repensar a intensidade das relações hemisféricas do Brasil e questionar se não houve pragmatismo na política externa em ambos os períodos.

## Abstract

Characterized by their intense relations with the americanist foreign policy orientation, both Dutra and Castelo Branco governments are frequently analysed in International Relations historiography as non-pragmatic in their international actions. This paper main objective is to rethink the intensity of Brazil's hemispherical relations, in both periods, and to question if pragmatism was really absent in brazilian's foreign policy.

**Palavras chave:** Política Externa Brasileira; Castelo Branco; Gaspar Dutra

**Key-words:** Brazilian Foreign Policy; Castelo Branco; Gaspar Dutra

Recebido em 18/07/2012

Aprovado em 10/08/2012